

ADENILSON C. GUEDES

CIDADES MAIS SEGURAS

ESTRATÉGIAS DE
DESIGN PARA
REDUZIR O CRIME



WWW.FOLHADASEGURANCA.COM.BR

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. O ESPAÇO DEFENSÁVEL	10
2.1 Territorialidade	11
2.2 A Vigilância Natural	12
3. ORIENTAÇÕES DE DESIGN	13
3.1 Modificando o Design Físico Existente	15
4. PREVENÇÃO AO CRIME POR MEIO DO DESIGN AMBIENTAL (CPTED)	16
4.1 Projetos Recentes	18
4.2 Estratégias de defesa territorial	19
4.3 Estratégias de defesa pessoal	21
4.4 Estratégias de aplicação da lei	22
4.5 Estratégias de restauração da confiança	23
4.6 Demonstrações	24
4.7 O Futuro da CPTED	27
5. CONCLUSÃO	30

1. INTRODUÇÃO

Dentro do pacote de opções que podem ser explorados para mitigar a criminalidade, seja nas cidades, nas residências, empresas e edificações públicas, existe a Teoria do Design Ambiental. Esta teoria explora como elementos físicos e espaciais podem influenciar o comportamento humano e a segurança. Dentro desta perspectiva, o artigo escrito em inglês por Marianna Perry, explica a relação entre o design físico e o controle social informal do crime como uma nova ideia, no sentido da sua aplicação sistemática na cena urbana moderna. A autora destaca que, antes do desenvolvimento da cidade moderna, a maioria das sociedades tomava algumas precauções para relacionar a segurança no ambiente físico com a responsabilidade das próprias pessoas por ações de segurança. Vamos explorar uma análise com base no texto publicado no livro *Effective Physical Security*, 4ª edição, de Lawrence J. Fennelly e dentro da proposta do conceito do ¹CPTED. Boa leitura!

¹ CPTED significa "Crime Prevention Through Environmental Design" (Prevenção do Crime através do Design Ambiental, em tradução livre).

Na correria do desenvolvimento urbano moderno, as prioridades econômicas e políticas parecem superar em muito as prioridades de segurança, com o resultado de que muitos cenários urbanos agora parecem ser deliberadamente projetados para desencorajar o controle social informal. Nenhuma comunidade colonial teria feito isso, mesmo quando barreiras já não eram mais necessárias para defesa. As cidades de Nova Inglaterra continuaram a ser construídas de modo que casas e lojas formassem um quadrado vazio ao redor de uma área comum central onde atividades sociais poderiam acontecer e onde o gado poderia ser mantido com relativa segurança. Nesse tipo de ambiente, **todos sabiam dos negócios uns dos outros.**

Embora isso significasse menos privacidade pessoal do que o habitante da cidade moderna pode desfrutar, também significava um alto grau de **responsabilidade compartilhada** para controlar comportamentos inconvenientes e intrusões.

Somente recentemente os estudiosos da sociedade urbana moderna começaram novamente a observar seriamente a relação entre o design físico e o controle social informal. Jane Jacobs foi a primeira a aplicar esse conceito às cidades modernas em 1961.

Em seu livro 'Morte e Vida de Grandes Cidades Americanas', ela teorizou que múltiplos usos da terra ao longo das ruas residenciais proporcionam uma interação entre o design físico e os usuários (pedestres e moradores),

o que promovia uma **vigilância natural** e informal e, portanto, aumentava a segurança das ruas.

Lee Rainwater, em uma avaliação de um projeto habitacional público em St. Louis em 1966, discutiu o efeito do design físico nas atitudes dos moradores de habitação pública, destacando que um design arquitetônico inadequado estava diretamente relacionado ao comportamento antissocial.

Elizabeth Wood, escrevendo em 1961, sugeriu que os padrões de design atuais em projetos de habitação pública pareciam desencorajar relações sociais informais e encontros, impedindo assim o desenvolvimento de interações sociais através das quais os moradores poderiam criar controles sociais informais e autocontrole.

Schlomo Angel, em 1968, descobriu que variações no nível de tráfego de pedestres e veículos poderiam incentivar ou desencorajar crimes. Poucos usuários proporcionavam potenciais vítimas, mas não testemunhas suficientes e isso gerava um fator favorável para atuação de ofensores.

Gerald Leudtke e E. Lystad descobriram, como resultado de estudos em Detroit, que muitos dos aspectos da forma e estrutura urbana poderiam tender a facilitar ou diminuir a probabilidade de crime. Esses aspectos físicos incluem a condição e manutenção de edifícios, ruas e vielas; evidências de construções recentes; mistura de usos de terra; taxas de tráfego de pedestres e acumulação de

pedestres em diferentes usos de terra; localização de estruturas em um padrão de grade urbana; e distância para estruturas adjacentes.

Outros exemplos são tipos de instalações de estacionamento; visibilidade para dentro das estruturas a partir de estradas, calçadas e prédios adjacentes; ocultação por árvores, arbustos, automóveis estacionados, cercas, placas e publicidade; a visibilidade dos pontos de entrada; recuos dos edifícios; e o número e disposição dos pontos de entrada em um prédio.

Em 1969, Oscar Newman e George Rand desenvolveram uma **teoria da territorialidade** (agora referida como **espaço defensável**) que afirmava que o design físico adequado das habitações incentiva os moradores a estenderem seu controle social de suas casas e apartamentos para as áreas comuns circundantes. Dessa forma, eles transformam o que antes era percebido como território semi-público ou público em território privado. O aprimoramento das áreas comuns dessa maneira proporciona maior controle social e uma interação entre o ambiente físico e seus usuários, que por sua vez, reduz o crime.

Newman define que, o espaço defensável é um termo substituto para o conjunto de mecanismos - barreiras reais e simbólicas, áreas de influência claramente definidas, oportunidades aprimoradas para vigilância - que se

combinam para colocar um ambiente sob o controle de seus residentes. Um **espaço defensável** é um ambiente residencial vivo que pode ser utilizado pelos habitantes para o aprimoramento de suas vidas, ao mesmo tempo que oferece segurança para suas famílias, vizinhos e amigos. Convido o leitor a prestar atenção nas edificações e nas ruas de sua cidade para identificar se este conceito foi utilizado.

As áreas públicas de um ambiente residencial multifamiliar desprovido de espaço defensável podem transformar o ato de ir da rua para o apartamento equivalente a passar por um corredor de fogo. O medo e a incerteza gerados ao viver em tal ambiente podem lentamente corroer e eventualmente destruir a segurança e a tranquilidade nos apartamentos. Por outro lado, ao agrupar unidades habitacionais para reforçar a associação de benefício mútuo, ao delinear caminhos de movimento, ao definir áreas de atividade para usuários específicos por meio de sua justaposição com áreas internas de convivência e ao proporcionar oportunidades naturais para vigilância visual, os arquitetos podem criar uma compreensão clara da função de um espaço, quem são e devem ser seus usuários. Isso, por sua vez, pode levar os moradores de todos os níveis de renda a adotar atitudes territoriais extremamente poderosas e medidas de policiamento, de vigilância natural, que funcionam como um forte dissuasor para potenciais criminosos.

De acordo um estudo realizado por Reppetto em Boston, a necessidade de expandir o processo de

prevenção ao crime por meio do design ambiental para incluir bairros inteiros e oferecer esforços abrangentes de coleta de dados, definiriam tanto a natureza dos padrões de crime quanto sugeririam contramedidas apropriadas. Reppetto também foi capaz de demonstrar que comunidades bem unidas tendem a proteger seus membros por meio de controles sociais informais. Essa descoberta foi enfatizada ainda mais por John Conklin em 'O Impacto do Crime'.

Dentro desta ótica, uma comunidade bem unida pode minimizar o problema do crime de rua. No entanto, o controle social informal também representa uma ameaça à diversidade de comportamentos existente em uma sociedade pluralista, mesmo que possa conter o crime violento. Ainda assim, o crime de rua diminuiria se a interação entre os residentes de uma comunidade fosse mais frequente e se os laços sociais fossem mais fortes. Um senso de responsabilidade pelos outros cidadãos e pela comunidade como um todo aumentaria a disposição das pessoas para relatar crimes à polícia e a probabilidade de intervenção em um crime em andamento. Uma maior disposição dos residentes da comunidade em relatar crimes à polícia também poderia eliminar a necessidade de patrulhas policiais civis, otimizando assim, tempo e recursos dos mecanismos de controles públicos. Mais interação em espaços públicos e tráfego humano nas calçadas aumentariam a vigilância nos locais onde as pessoas atualmente têm medo de ir. Laços sociais mais intensos reforçariam a vigilância com uma disposição para agir contra

os infratores, sendo um aspecto dissuasivo natural e eficiente.

Ainda dentro deste raciocínio, C. Ray Jeffrey, em seu clássico trabalho teórico 'Prevenção ao Crime por Meio do Design Ambiental' (1971), escrito antes de Jeffrey tomar conhecimento das obras de Newman e outros, propôs uma estratégia tríplice envolvendo não apenas o design físico, mas também o aumento da participação dos cidadãos e o uso mais eficaz das forças policiais. Ele argumentava que o caminho para prevenir o crime é projetar o ambiente total de tal maneira que a oportunidade para o crime seja reduzida ou eliminada.

Para Jeffrey, tanto as características físicas quanto sociais de uma área urbana afetam os padrões de crime. Um melhor planejamento físico é fundamental para desbloquear o potencial de melhoria da segurança física e do desenvolvimento de controle social informal. Ele também argumenta a favor de altos níveis de precisão nas etapas analíticas que precedem o planejamento físico para redução do crime, destacando que, um dos principais defeitos metodológicos nos estudos ecológicos das taxas de criminalidade tem sido o uso de unidades grandes e dados de setores censitários como base para análise. As unidades usuais são diferenças rurais-urbanas, intrincadas, interurbanas, regionais e nacionais. Esse tipo de abordagem é muito grosseiro para encontrar as características físicas associadas a diferentes tipos de crimes.

Devemos observar o ambiente físico de cada edifício, ou de cada cômodo, ou de cada andar. É necessária uma resolução detalhada. Sempre que as taxas de criminalidade são examinadas em um nível micro de análise, revela-se que uma pequena área da cidade é responsável pela maioria dos crimes. Esse fato é ignorado pela análise estatística de setores censitários, que ignoram variações casa por casa ou quarteirão por quarteirão nas taxas de crime. Para fins de prevenção ao crime, precisamos de dados que nos digam quais aspectos do ambiente urbano são responsáveis pelo crime, como a concentração de homicídios ou assaltos em uma parte muito pequena da cidade.

2. O ESPAÇO DEFENSÁVEL

Oscar Newman e outros autores têm explorado e definido ainda mais o conceito de espaço defensável nos últimos anos por meio de estudos de design e experimentos envolvendo projetos habitacionais públicos já existentes e os novos. O resumo a seguir das técnicas de espaço defensável dará ao profissional de segurança uma compreensão inicial dessa importante aplicação do design físico ao ambiente residencial urbano.

O design para espaço defensável envolve tentativas de fortalecer dois tipos básicos de comportamento social chamados **territorialidade** e **vigilância natural**.

2.1 Territorialidade

O exemplo clássico de territorialidade é a tradição do "o lar é o castelo" da casa unifamiliar americana e seus arredores. Nessa tradição, a família reivindica seu próprio território e age para protegê-lo. Essa imagem do lar como um castelo se reforça "pelo próprio ato de sua posição em um pedaço integral de terra, isolado dos vizinhos e da rua pública por terrenos intermediários".

Conforme o ambiente urbano cresceu, a casa unifamiliar se tornou, para os construtores, um passivo econômico. A moradia familiar migrou para a casa em fila (townhouse), complexo de apartamentos, prédio de apartamentos de vários andares e projetos maciços de habitação pública. Independentemente dos benefícios dessa transição, a ideia de territorialidade foi em grande parte perdida no processo. O resultado é que a maioria das famílias que vivem em prédios de apartamentos percebem o espaço fora de sua unidade de apartamento como distintamente público; na verdade, elas relegam a responsabilidade por toda atividade fora dos limites imediatos de seu apartamento às autoridades públicas.

À medida que os moradores são forçados pelo design físico de seu entorno a abandonar a reivindicação de qualquer parte do mundo exterior, os corredores, escadas,

saguões, áreas externas, estacionamentos e ruas se tornam uma espécie de terra de ninguém na qual os criminosos podem operar quase à vontade. Agências de aplicação da lei pública e privada (controles formais) tentam assumir a responsabilidade, mas sem o controle social informal essencial que um senso de territorialidade bem desenvolvido traz, a aplicação da lei pouco pode fazer para reduzir o crime.

2.2 A Vigilância Natural

A presença aumentada de observadores humanos, que a territorialidade traz, pode levar a níveis mais altos de vigilância natural em todas as áreas do espaço residencial. No entanto, a simples presença de mais observadores em potencial não é suficiente, pois a vigilância natural, para ser eficaz, deve incluir um **componente de ação**. A probabilidade de que um observador aja para relatar um crime observado ou intervenha nele depende de:

- O grau em que o observador sente que seus direitos pessoais ou de propriedade são violados pelo ato observado.
- A extensão em que o observador é capaz de se identificar com a vítima ou propriedade sob ataque.
- O nível da crença do observador de que sua ação pode ajudar, por um lado, e não sujeitá-lo a represálias por outro.

Obviamente, a probabilidade tanto para a observação quanto para a ação é muito melhorada por condições físicas que criam os mais altos níveis possíveis de visibilidade.

3. ORIENTAÇÕES DE DESIGN

O espaço defensável oferece uma série de diretrizes arquitetônicas que podem ser usadas no design de novos complexos residenciais urbanos para promover tanto a reivindicação territorial do grupo residencial em relação ao seu entorno quanto sua capacidade de realizar vigilância natural.

- O design do local pode enfatizar o agrupamento de pequenos números de unidades residenciais ao redor de corredores privados, pátios e áreas de recreação. Nessas zonas restritas, as crianças podem brincar, os adultos podem relaxar e os estranhos podem ser facilmente identificados e questionados. Tais espaços privados podem ser criados por paredes internas e externas do edifício, arranjos de acesso e pelo uso de barreiras perimetrais, como cercas, arbustos e outros marcadores de fronteira.
- O design das inter-relações do local pode ser usado para criar espaços conectores e comuns semi-privativos entre os agrupamentos familiares privados. Passagens, acessos para veículos, áreas de estacionamento,

instalações recreativas, saguões e áreas de lavanderia e compras podem ser projetados de modo que cada agrupamento se relacione com eles da mesma forma que cada residente de um agrupamento se relaciona com seu espaço privado comum. O design físico pode ser usado para estender ainda mais o senso de territorialidade e a possibilidade de controle social informal.

- O design das ruas e de outros espaços públicos pode ser planejado para transformar esses espaços em extensões semi-públicas dos agrupamentos residenciais e de seus conectores. Fechar ruas para o tráfego direto, instalar bancos e áreas de recreação próximas às ruas, fornecer iluminação adequada e colocar barreiras perimetrais para indicar a natureza semi-pública da área podem ajudar a definir esses espaços como parte do território compartilhado do grupo residencial.
- O design específico para vigilância pode ser utilizado em cada uma das áreas de design mencionadas aqui para aumentar a visibilidade geral, fornecendo iluminação adequada, reduzindo ou eliminando barreiras físicas à visibilidade e localizando áreas-chave (por exemplo, entradas, saguões, áreas de espera do elevador, áreas recreativas e de estacionamento) de forma a serem diretamente visíveis a partir de tantos pontos de vista sejam possíveis.

3.1 Modificando o Design Físico Existente

Limitações de custo impedem uma reconstrução substancial da maioria das instalações residenciais urbanas existentes. No entanto, várias técnicas de baixo custo podem ser usadas para modificar as instalações existentes de modo a promover a territorialidade e a vigilância natural. Estas incluem:

- Instalação de dispositivos de segurança adequados (fechaduras, portas e janelas) em cada unidade residencial.
- Divisão de áreas comuns de gramado (frontais ou traseiras) em pátios privados por meio de arbustos, cercas baixas e outras barreiras perimetrais.
- Melhoria da atratividade e semi privacidade de caminhos e outras áreas externas comuns por meio de pavimentação decorativa e iluminação: instalação de bancos e outros arranjos de assentos em intervalos estratégicos, paisagismo cuidadoso e conexão de áreas de recreação, estacionamento e acessos de veículos ao design geral.
- Redução do número de pontos de acesso públicos e fornecimento aos pontos restantes de iluminação, visibilidade e segurança adequadas.
- Estabelecimento de sistema de CFTV (monitorada por residentes ou pela equipe de segurança) em áreas internas estratégicas.

Deve-se enfatizar que, criar um espaço defensável não é o mesmo que criar um sistema de segurança rígido (como poderia ser encontrado, por exemplo, em um prédio de apartamentos de luxo de vários andares). Na verdade, é quase o oposto: o espaço defensável opera com a premissa de que o ambiente de vida deve ser aberto e utilizado pelos moradores e outros, não fechado. É somente no ambiente aberto e utilizado que as pessoas podem ser estimuladas a estabelecer a condição de autocontrole, que é o controle social informal. Neste ambiente de vida aberto, as oportunidades para o crime podem continuar a existir, mas a probabilidade de atividade criminal é reduzida.

Também deve ser enfatizado que o componente de design físico do espaço defensável deve sempre ser acompanhado por esforços para desenvolver e manter a participação ativa dos cidadãos e por estratégias para melhorar a interação entre os cidadãos e as agências de aplicação da lei.

4. PREVENÇÃO AO CRIME POR MEIO DO DESIGN AMBIENTAL (CPTED)

A prevenção ao crime por meio do design ambiental (CPTED) ainda é um campo de estudo e experimentação em rápido crescimento. A CPTED tenta aplicar o design físico, a participação dos cidadãos e estratégias de aplicação da lei de maneira abrangente e planejada em bairros inteiros e

distritos urbanos importantes, bem como em subsistemas urbanos específicos, como escolas públicas e sistemas de transporte.

Cautelas

Antes de adotar a abordagem da CPTED, sugerimos que o profissional encare os desenvolvimentos da CPTED com um saudável ceticismo, pelo menos por enquanto. Existem várias razões pelas quais um senso de cautela é necessário:

- As abordagens da CPTED foram demonstradas conclusivamente.
- Há algum desacordo entre os teóricos da prevenção ao crime quanto à correção das suposições nas quais os programas atuais de CPTED se baseiam.
- A magnitude do típico projeto de CPTED pode estar muito além da capacidade atual do profissional para planejar, implementar e gerenciar.
- O custo de um projeto típico de CPTED pode representar um investimento financeiro significativo e, a menos que o investimento possa ser justificado com base em pesquisa e demonstração, não há garantia de que será economicamente viável.

Apesar dessas cautelas, é útil para o profissional estar ciente dos princípios e das aplicações atuais do conceito de CPTED para que possa acompanhar seus

desenvolvimentos e fazer uso adequado do conhecimento que possa gerar.

4.1 Projetos Recentes

Num projeto que combina o melhor das técnicas atuais de policiamento comunitário com os princípios da CPTED, a cidade de Manchester, New Hampshire, comprovou o valor desta abordagem integrada.

Em Manchester, o departamento de polícia estabeleceu parcerias com organizações comunitárias e ofereceu treinamento adequado de prevenção ao crime, incluindo CPTED, a todos os policiais designados para as áreas do projeto. Ao combinar os conceitos de policiamento comunitário com a aplicação da CPTED e outras estratégias relacionadas de prevenção ao crime, a comunidade percebeu reduções importantes em várias categorias de crimes. A área inclui três áreas de habitação pública nas quais foram aplicados os princípios da CPTED. As mudanças na percepção da comunidade sobre o crime foram mensuradas por meio de pesquisas, e as estatísticas criminais foram atualizadas frequentemente para fornecer ao departamento de polícia os melhores dados possíveis. Nesta área de empreendimento comunitário, a atividade de drogas reduziu em 57%, roubos em 54%, furtos em 52% e as chamadas à polícia para serviços diminuíram em 20%. Além disso, a percepção dos cidadãos da área melhorou

significativamente. Este exemplo demonstra os níveis de sucesso possíveis quando um policiamento sólido, prevenção ao crime e os conceitos da CPTED são combinados nas proporções corretas. Como resultado desses níveis de sucesso, o projeto foi reconhecido pelo Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano (HUD) por meio da concessão do Prêmio John J. Gunther. Este prêmio reconhece as melhores práticas e foi concedido, neste caso, na categoria de Ambiente de Vida Adequado.

4.2 Estratégias de defesa territorial

As estratégias de defesa territorial enfatizam a prevenção de crimes relacionados à propriedade, como arrombamentos, roubo de veículos e furto domiciliar. Dentro deste grupo, existem cinco áreas de estratégias relacionadas: planejamento de uso da terra, segurança dos terrenos do edifício, segurança do perímetro do edifício, segurança interior do edifício e padrões de construção.

- Estratégias de planejamento de uso da terra envolvem atividades de planejamento destinadas a evitar misturas de uso de terra que tenham um impacto negativo na segurança do bairro, por meio de ordenamentos de zoneamento e revisões de planos de desenvolvimento.
- Estratégias de segurança dos terrenos do edifício oferecem a primeira linha de defesa contra a entrada não autorizada nos locais e oferecem mecanismos de

controle social para evitar comportamentos perigosos e destrutivos dos visitantes. O foco está no controle de acesso e nos aspectos de vigilância do design arquitetônico. O ambiente-alvo pode ser uma rua residencial, o lado de um complexo habitacional ou vielas atrás ou entre estabelecimentos comerciais.

- Estratégias de segurança do perímetro do edifício oferecem uma segunda linha de defesa para proteger os ocupantes e a propriedade do local, impedindo entradas não autorizadas nos edifícios. Elas envolvem barreiras físicas, sistemas de vigilância e detecção de intrusão e mecanismos de controle social.
- Estratégias de segurança do interior do edifício oferecem a terceira linha de defesa para proteger os ocupantes e a propriedade do local, impedindo o acesso não autorizado a espaços interiores e objetos de valor por meio de barreiras físicas, sistemas de vigilância e detecção de intrusão e mecanismos de controle social.
- Estratégias de padrões de construção envolvem códigos de segurança de construção que exigem técnicas e materiais de construção que tendem a reduzir crimes e riscos à segurança. É importante avaliar de maneira eficaz as estratégias de defesa territorial e considerar os três tipos de mudanças.
- O tipo um aborda características de design como fechaduras, luzes, cercas, etc.
- O tipo dois considera o impacto das características de design implementadas nos usuários legítimos da propriedade. Eles foram incomodados pelas mudanças

no design físico e estão engajados no processo de gestão de riscos?

- O tipo três de mudanças lida com o efeito direto dos fatores intervenientes no crime e a influência indireta do design físico sobre o crime.

4.3 Estratégias de defesa pessoal

A segunda abordagem estratégica básica foca na prevenção de crimes violentos ou de rua, como roubo, agressão e estupro, e na redução do medo associado a esses crimes. Estratégias específicas incluem ruas seguras para as pessoas, transporte, redução de dinheiro nas ruas e intervenção dos cidadãos.

- Estratégias de ruas seguras para as pessoas envolvem princípios de planejamento derivados principalmente dos conceitos de CPTED de vigilância e apoio à atividade. A vigilância opera para desencorajar possíveis infratores devido ao risco aparente de serem vistos e pode ser melhorada por meio de várias modificações de design nos elementos físicos do ambiente da rua (por exemplo, iluminação, cercas e paisagismo). **Áreas de tráfego de pedestres podem ser direcionadas para aumentar seu uso e o número de observadores** por meio de medidas como criação de calçadas, eliminação de estacionamento na rua e

fornecimento de áreas de estacionamento centralizadas.

- Estratégias de transporte visam reduzir a exposição ao crime melhorando o transporte público. Por exemplo, estações de espera de transporte (ônibus, bondes) podem ser localizadas próximas a áreas de atividade segura e boa vigilância, ou a **distância entre as estações pode ser reduzida**, o que melhora o acesso a residências específicas, estabelecimentos comerciais e outros pontos geradores de tráfego.
- Estratégias para tirar dinheiro das ruas reduzem os incentivos para o crime ao incentivar as pessoas a não carregarem dinheiro desnecessário e oferecerem serviços comerciais que minimizem a necessidade de dinheiro em espécie.
- Intervenção do cidadão, ao contrário das três estratégias anteriores, consiste em estratégias voltadas para organizar e mobilizar os moradores para adotar interesses próprios e assumir a responsabilidade pela manutenção da segurança.

4.4 Estratégias de aplicação da lei

A terceira abordagem geral envolve funções policiais que apoiam atividades de prevenção baseadas na comunidade. As duas principais atividades são a **patrulha policial** e o **apoio cidadão-polícia**. Dentro desta abordagem, temos:

- **Estratégias de patrulha policial:** concentram-se em maneiras pelas quais os procedimentos de implantação policial podem melhorar sua eficiência e eficácia na resposta a chamadas e na captura de infratores.
- **Estratégias de apoio cidadão-polícia:** consistem em atividades operacionais policiais que melhoram as relações entre cidadãos e a polícia e incentivam os cidadãos a cooperar com a polícia na prevenção e denúncia de incidentes. O policiamento comunitário requer cooperação entre membros da comunidade e a polícia. Os membros da comunidade podem ser cidadãos individuais, grupos de cidadãos, associações comerciais e órgãos governamentais e escritórios locais, incluindo departamentos de saúde, inspetores de construção e escritórios de desenvolvimento comunitário. Os membros da comunidade devem estar envolvidos não apenas em chamar a polícia para relatar um crime, mas também em ajudar a identificar e resolver outros problemas na comunidade. O elemento mais importante do policiamento comunitário é a resolução de problemas, e o crime é simplesmente identificado como um sintoma de outros problemas na comunidade. O foco principal do policiamento comunitário é lidar com a causa subjacente do crime e não apenas reagir aos sintomas do problema.

4.5 Estratégias de restauração da confiança

Esta quarta estratégia geral para ambientes comerciais e residenciais envolve atividades que visam principalmente mobilizar o interesse e o apoio do bairro para implementar as mudanças necessárias de ²CPTED. Sem tal interesse e apoio, é improvável que programas de magnitude suficiente possam ser bem-sucedidos, especialmente em muitos bairros com altas taxas de criminalidade, onde as pessoas perderam a esperança. Existem duas áreas específicas de estratégia: confiança do investidor e identidades de bairro.

- Estratégias de confiança do investidor promovem investimento econômico e, portanto, vitalidade social e econômica.
- Estratégias de identidade do bairro constroem orgulho comunitário e promovem coesão social.

A maioria dessas estratégias específicas é discutida neste e em outros capítulos (algumas sob nomes diferentes). Como um todo, essa lista de estratégias é bem organizada e fornece um bom quadro para visualizar a possível interação de uma variedade de esforços de prevenção ao crime.

4.6 Demonstrações

Para ver como essas estratégias foram aplicadas, vamos dar uma olhada breve nas principais mudanças

² Sigla para Crime Prevention Through Environmental Design, que em português significa Prevenção do Crime por Meio do Design Ambiental.

descritas na apresentação da American Architecture Foundation, De Volta do Abismo: Salvando as Cidades da América por Meio do Design. Isso fornece exemplos de aplicações de CPTED, com pouca menção ao crime, como aplicado em Portland, Oregon, e em alguns outros locais.

Os princípios aplicados são estratégias de redesign sólidas e viáveis que alcançam os objetivos de CPTED sem depender excessivamente de sua intenção direta de prevenção ao crime. Na verdade, eles não são apresentados como prevenção ao crime, mas como esforços de reurbanização, que consideram a qualidade de vida acima da maioria das outras considerações.

As aplicações de CPTED nas cidades em destaque alcançam o seguinte:

- Reduzem as oportunidades para o crime e o medo do crime tornando as ruas e áreas abertas mais facilmente observáveis e aumentando a atividade no bairro.
- Proporcionam maneiras pelas quais os moradores, empresários e policiais do bairro podem trabalhar juntos de forma mais eficaz para reduzir as oportunidades e os incentivos para o crime.
- Aumentam a identidade do bairro, a confiança do investidor e a coesão social.
- Oferecem programas de informação pública que ajudam empresários e moradores a se protegerem do crime.

- Tornam a área mais acessível por meio da melhoria dos serviços de transporte.
- Melhoram a eficácia e eficiência das operações governamentais.
- Incentivam os cidadãos a relatarem crimes.

As etapas tomadas para alcançar esses objetivos incluem:

- Melhorias na iluminação externa, calçadas e paisagismo.
- Vigilância do quarteirão, lares seguros e limpezas no bairro.
- Uma campanha para desencorajar as pessoas a carregar dinheiro em espécie.
- Melhoria significativa e expansão do transporte público.
- Melhoria na iluminação das ruas.
- Centros de transporte público construídos para esse fim.

Essas melhorias aprimoraram a qualidade de vida e proporcionaram um clima de melhoria em cada uma das comunidades em destaque.

A aplicação de CPTED no design escolar tem sido promovida em várias localidades através do trabalho de profissionais locais e em cooperação com o pessoal do distrito escolar. Estudos de caso adicionais de CPTED e informações podem ser encontrados no texto, escrito por Tim Crowe, Prevenção ao Crime Através do Design

Ambiental: Aplicações de Design Arquitetônico e Conceitos de Gerenciamento do Espaço. Este texto aborda a CPTED como um tópico específico e é amplamente utilizado por estudantes e profissionais.

4.7 O Futuro da CPTED

O achado mais consistente em avaliações da CPTED e projetos relacionados é que os usuários do espaço devem estar envolvidos nas decisões de design. Seu envolvimento garante que os projetos sejam realistas e que os usuários cumpram os objetivos comportamentais dos planos. Inúmeras aplicações de conceitos de CPTED foram experimentadas com sucesso em locais específicos, o que tende a apoiar a ideia de que as abordagens mais simplistas são as mais viáveis. Ou seja, parece razoável assumir que o profissional de prevenção ao crime pode utilizar estratégias de CPTED com confiança em ambientes controlados e muito específicos.

Há centenas de exemplos de estratégias de CPTED em prática hoje em dia. É lamentável que a maioria das aplicações bem-sucedidas não tenha sido divulgada adequadamente, pois geralmente fazem parte de atividades de campo em andamento que não chegam ao conhecimento de avaliadores ou agências governamentais. No entanto, observou-se que a maioria das aplicações se concentra em alguma mistura ou interação entre os três processos básicos

de CPTED: vigilância natural, controle de acesso natural e territorialidade. O fio comum mais básico é a ênfase primária na naturalidade — simplesmente fazer coisas que já se tem que fazer, um pouco melhor.

Os usos mais produtivos de CPTED, em um futuro próximo, se concentrarão nas seguintes estratégias simplistas:

- Fornecer uma definição clara da fronteira do espaço controlado.
- Oferecer zonas de transição claramente marcadas que indicam o movimento do espaço público para o semipúblico e privado.

Realocar áreas de encontro para locais com vigilância e controle de acesso naturais, ou para locais fora da visão de possíveis infratores.

- Colocar atividades seguras em locais inseguros para trazer a vigilância natural dessas atividades (para aumentar a percepção de segurança para os usuários normais e o risco para infratores).
- Colocar atividades inseguras em locais seguros para superar a vulnerabilidade dessas atividades com a vigilância natural e controle de acesso da área segura.
- Redesignar o uso do espaço para fornecer barreiras naturais para atividades conflitantes.

- Melhorar a programação do espaço para permitir uso eficaz, "intensidade crítica" apropriada e definição temporal de comportamentos aceitos.
- Redesenhar ou reformular o espaço para aumentar a percepção ou realidade da vigilância natural.
- Superar a distância e o isolamento através de comunicação aprimorada e eficiências de design.

O futuro da CPTED repousa nas mãos das pessoas que moldam políticas públicas e privadas. Os profissionais de prevenção ao crime terão que comunicar os conceitos de CPTED em termos relacionados às prioridades gerais de suas organizações ou comunidades. Produtividade, lucratividade e qualidade de vida são preocupações que afetam os formuladores de políticas, não especificamente a segurança ou prevenção ao crime por si só. Portanto, diretores executivos, construtores, arquitetos, planejadores, engenheiros e desenvolvedores terão que adotar objetivos de design de CPTED. Autoridades eleitas e órgãos legislativos terão que ser responsabilizados por garantir que a CPTED seja considerada nos planos de melhoria e desenvolvimento de capital. Proprietários e moradores de bairros e áreas comerciais precisam ter a oportunidade de questionar decisões de planejamento, zoneamento e sinalização de tráfego. Por fim, planos estratégicos que abrangem períodos de desenvolvimento comunitário de 20 anos exigem uma avaliação das necessidades e programas de prevenção ao crime.

O governo federal dos Estados Unidos iniciou critérios de design físico para garantir a proteção adequada de prédios federais e ocupantes após os ataques terroristas de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono, e o bombardeio de 1995 do Edifício Federal Murrah em Oklahoma. Essas diretrizes levam em consideração não apenas a segurança física, mas também a CPTED.

5. CONCLUSÃO

De acordo Marianna Perry, conforme dados extraídos acima a partir de seu artigo, a aplicação de conceitos de design ambiental pelo profissional de prevenção ao crime pode ser tão eficaz em termos de custo quanto o design de sistemas de gerenciamento de risco de crime para gerentes de lugares individuais. No entanto, tal aplicação deve ser baseada em uma análise sólida de padrões específicos de crime e das condições físicas e sociais relacionadas a esses padrões. Deve enfatizar soluções inovadoras apropriadas às circunstâncias específicas, que sejam economicamente viáveis e que não criem mais problemas do que resolvem. Deve enfatizar o trabalho com "as coisas como são", em vez de "as coisas como deveriam ser".

O profissional precisa, acima de tudo, se familiarizar com as pessoas e organizações responsáveis pelo desenvolvimento físico e reurbanização em sua comunidade. As melhores oportunidades para aplicar a

prevenção ao crime por meio do design ambiental ocorrem quando edifícios, layouts de ruas, programas de iluminação de rua, novos loteamentos, centros comerciais e projetos habitacionais ainda estão na fase de planejamento, e os princípios de prevenção ao crime podem ser incorporados antes do início da construção. Um bom design de segurança pode ajudar a prevenir o crime. É importante lembrar que a premissa por trás da CPTED é o design físico e o uso do espaço. Não é a abordagem típica de endurecimento do alvo na prevenção ao crime.

Seguindo a teoria de que a qualidade do ambiente físico impacta o comportamento humano, acreditamos que a prevenção ao crime e o desenvolvimento comunitário caminham juntos. Um design físico que melhora o ambiente de um ponto de vista econômico-social-político equilibrado também pode desencorajar atividades criminosas, e o conceito de prevenção ao crime através do design ambiental pode ser usado em qualquer situação - áreas urbanas de alta densidade, pequenas cidades, vilas e até áreas rurais. O papel essencial do profissional é enxergar o "quadro completo" e garantir que o design físico, a participação cidadã e as atividades policiais se encaixem.

Em junho de 2009, a ASIS International publicou uma diretriz intitulada "Medidas de Segurança Física para Instalações, ASIS GDL, FPSM-2009". Esta publicação inclui a CPTED juntamente com contramedidas típicas de segurança física como um componente importante em qualquer programa de prevenção ao crime. O design físico

de um ambiente é um elemento importante a ser considerado e a principal tarefa do profissional de prevenção ao crime é analisar o design físico existente e planejado, para determinar como ele se relaciona com padrões de crime existentes ou potenciais, e recomendar contramedidas de design físico à pessoa ou organização apropriada.

Espero que o texto tenha sido útil e enriquecedor para o seu entendimento sobre o amplo campo da segurança. Ao focar no desafiador problema da criminalidade global, especialmente dentro do contexto brasileiro, e ao explorar abordagens não convencionais, desejo ter contribuído para sua expansão de conhecimento nessa área crucial.

REFERÊNCIAS:

- [1] Perry, Marianna. "The Relationship Between Physical Design and Informal Social Control of Crime."
- [2] Fennelly, L. J. (2013). Effective Physical Security (Quarta Edição). Butterworth-Heinemann.
- [3] Jacobs J. A morte e a vida de grandes cidades americanas. Nova York: Vintage Books; 1961.
- [43] Nogueira, Werllen. "Vigilância Natural e a Arquitetura Contra o Crime." Disponível em: <https://medium.com/@werllennogueira/vigil%C3%A2ncia-natural-e-a-arquitetura-contra-o-crime-d9acdc3afe0a> em 15/11/12. Acessado em: 15 de novembro de 2012.

